

Custo de Outras VPI			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$ 6.066,50	R\$ 4.620,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>R\$ 137.172.867,40</b>	<b>R\$ 132.599.759,61</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>		<b>R\$ 7.308.465,94</b>	<b>R\$ 1.394.609,79</b>

Fonte: Siafem/AL.

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS</b>			
<b>UNIDADE GESTORA: 030004 – MINISTÉRIO PÚBLICO</b>			
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>			
<b>(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA)</b>			
			<b>Exercício: 2017</b>
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação de Ativo		R\$ 1.160.091,77	R\$ 292.382,16
Desincorporação de Passivo			
Incorporação de Passivo			
Desincorporação de Ativo			

Fonte: Siafem/AL.

## 1.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição, identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS			
UNIDADE GESTORA: 030004 – MINISTÉRIO PÚBLICO			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
ANEXO 18 DA LEI 4.320/64			
		Exercício: 2017	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
Nota			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Ingressos</b>			
		<b>RS 189.771.943,24</b>	<b>RS 182.064.523,16</b>
Receitas derivadas e originárias		RS 347.009,77	RS 482.591,40
Transferências correntes recebidas		RS 143.336.031,00	RS 133.414.778,00
Ingressos Extraorçamentários		RS 46.088.902,47	RS 48.167.153,76
<i>Consignações e Pessoal a Pagar</i>		<i>RS 41.333.641,28</i>	<i>RS 38.903.224,37</i>
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>			
<i>Outros Recebimentos Extraorçamentários</i>		<i>RS 4.755.261,19</i>	<i>RS 9.263.929,39</i>
<b>Desembolsos</b>			
		<b>RS 187.761.011,26</b>	<b>RS 182.221.134,00</b>
Pessoal e demais despesas		RS 141.220.995,99	RS 134.044.898,98
Transferências concedidas		RS 451.557,06	
Desembolsos Extraorçamentários		RS 46.088.458,21	RS 48.176.235,02
<b>Pagamento de Consignações e Obrigações com Pessoal</b>		<b>RS 41.333.260,02</b>	<b>RS 38.912.305,63</b>
<b>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</b>			
<b>Outros Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>RS 4.755.198,19</b>	<b>RS 9.263.929,29</b>
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>		<i>(RS 2.010.931,98)</i>	<i>(RS 156.610,84)</i>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Ingressos</b>			
Alienação de bens			
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			
Outros ingressos de investimentos			
<b>Desembolsos</b>			
		<b>RS 1.221.645,77</b>	<b>RS 227.282,16</b>
Aquisição de ativo não circulante		RS 1.144.623,24	RS 208.891,96

Concessão de empréstimos e financiamentos			
Outros desembolsos de investimentos		R\$ 77.022,53	R\$ 18.390,20
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>		<i>( R\$ 1.221.645,77)</i>	<i>(R\$ 227.282,16)</i>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Ingressos</b>			
Operações de crédito:			
Integralização do capital social de empresas dependentes			
Transferências de capital recebidas			
Outros ingressos de financiamentos			
<b>Desembolsos</b>			
Amortização /Refinanciamento da dívida			
Outros desembolsos de financiamentos			
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</i>		<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)</b>		<b>R\$ 789.286,21</b>	<b>(R\$ 383.893,00)</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (IV)		R\$ 2.391.110,04	R\$ 2.775.003,04
Caixa e Equivalente de caixa final (V)		R\$ 3.180.396,25	R\$ 2.391.110,04
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (V - IV)</b>		<b>R\$ 789.286,21</b>	<b>(R\$ 383.893,00)</b>

Fonte: Sifem/AL.

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS</b>			
<b>UNIDADE GESTORA: 030004 – MINISTÉRIO PÚBLICO</b>			
<b>QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>			
		<b>Exercício: 2017</b>	
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços			
Remuneração das Disponibilidades		R\$ 340.006,36	R\$ 479.476,50
Outras Receitas Derivadas e Originárias		R\$ 7.003,41	R\$ 3.114,90
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>R\$ 347.009,77</b>	<b>R\$ 482.591,40</b>

Fonte: Sifem/AL.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS			
UNIDADE GESTORA: 030004 – MINISTÉRIO PÚBLICO			
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
		Exercício: 2017	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>			
Intragovernamentais		R\$ 143.336.031,00	R\$ 133.414.778,00
<i>Total das Transferências Recebidas</i>		<i>R\$ 143.336031,00</i>	<i>R\$ 133.414.778,00</i>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>			
Intergovernamentais		R\$ 444.957,06	
a União		R\$ 444.957,06	
Intragovernamentais			
Outras transferências concedidas		R\$ 6.600,00	
<i>Total das Transferências Concedidas</i>		<i>R\$ 451.557,06</i>	<i>R\$ 0,00</i>

Fonte: Siafem/AL.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS			
UNIDADE GESTORA: 030004 – MINISTÉRIO PÚBLICO			
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
		Exercício: 2017	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa			
Judiciária		R\$ 9.316.596,34	R\$ 9.611.763,24
Essencial à Justiça		R\$ 131.904.399,65	R\$ 124.433.135,74
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>		<i>R\$ 141.220.995,99</i>	<i>R\$ 134.044.898,98</i>

Fonte: Siafem/AL.

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1. Informações Gerais**

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE-AL), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com número 12.472.734/0001-52, sediado na Rua Pedro Jorge Melo Silva, número 79, no bairro do poço, cidade de Maceió e com promotorias espalhadas por todo território alagoano, atua na defesa da ordem jurídica e fiscaliza o cumprimento das leis no Estado de Alagoas.

O MPE-AL tem orçamento, carreira e administração própria, exerce – conforme a Constituição Federal de 1988 (CF) – função essencial a justiça. Ele não possui vinculação funcional a qualquer poder e atua de forma independente e autônoma como fiscal das leis e defensor do povo.

### **2. Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis são técnicas contábeis que evidenciam, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações.

#### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª edição (portaria conjunta STN/SOF nº 2/16 e portaria STN nº 840/2016), Lei 4.320/64, da Lei 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal), das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs), do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis (anexo à portaria STN nº 548/15), Decreto Estadual 51.828/2017 e demais normativos vigentes.

## **2.2. Principais Política Contábeis**

### **2.2.1. Disponibilidades**

As disponibilidades serão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor de mercado, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas nas contas de resultado.

### **2.2.2. Créditos e Obrigações**

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensurados ou avaliados pelos valores originais, feita a conversão, quando em, moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes são apurados em contas de resultado.

### **2.2.3. Estoques**

Os estoques são evidenciados pelo custo histórico, exceto nos casos onde houver orientação específica. Integra o valor dos estoques, além do preço dos itens adquiridos: impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, fretes (transporte), seguro, manuseio e outros custos diretamente ligados à aquisição dos itens classificados como estoques.

### **2.2.4. Imobilizado**

O ativo imobilizado, incluído os gastos adicionais ou complementares que possibilitem a geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. No caso de itens obtidos a título gratuito, o valor será atribuído com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos de doação.o.

### **2.2.5. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou produção. Gastos realizados posteriormente podem ser incorporados, desde que possibilitem a geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O método aplicado para os intangíveis recebidos a título gratuito e em situações que não seja possível valorar será evidenciado em notas explicativas.

### **2.2.6. Depreciação, Amortização e exaustão**

A depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

A amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

A exaustão é a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestas e outros recursos naturais esgotáveis.

A apropriação da depreciação/amortização/exaustão, conforme Decreto Estadual 11.104/11, será iniciada a partir das incorporações realizadas em janeiro de 2011. Para definição da vida útil,